

28/11/2023

APEOESP

113

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

PROFESSORES E PROFESSORAS PARTICIPAM EM PESO DA MOBILIZAÇÃO NA ALESP

Tarcísio, tire as mãos do dinheiro da Educação!

Não à privatização dos serviços públicos!

Contra a reforma administrativa!

Pelos direitos da nossa categoria e por Educação pública, inclusiva, de qualidade para os filhos e filhas da classe trabalhadora!

Nesta quarta-feira, 29/11, 12h30, todos à Alesp para defender as verbas da Educação

Secretaria de Comunicação

Professores e professoras de todo o estado de São Paulo, convocados pela APEOESP, participaram do Dia Estadual de Greve do Funcionalismo e Estatais, contra o corte de R\$ 10 bilhões nas verbas da Educação (PEC 9/2023), a privatização da Sabesp (PL 1501/2023), a reforma administrativa (PLC 137/2023) e também as ameaças de privatização do Metrô e da CPTM.

Nossa categoria também está em luta pela aprovação imediata do PLC 143/2023, com emendas que garantam o cumprimento das Atividades Pedagógicas Diversificadas (APDs) em local de livre escolha e a retirada da jornada de trabalho como critério para a classificação ao processo de atribuição de aulas. Lutamos, na realidade, por um processo de atribuição de aulas presencial, justo e transparente, por carreira aberta, justa e atraente, por valorização profissional, condições de trabalho e todas as demais reivindicações.

PEC de iniciativa popular

Como parte da luta contra o corte de verbas da Educação, as subsedes da APEOESP, bem como diversas entidades e movimentos, estão empenhadas na coleta de assinaturas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de iniciativa popular, para que seja mantida a dotação de 30% para a Educação. Você pode participar desse movimento para chegarmos às necessárias 300 mil assinaturas de eleitores. O formulário da PEC segue anexo a este Boletim: imprima e participe!

Ato unificado

Milhares de manifestantes se reuniram em frente ao prédio da Assembleia Legislativa (Alesp), chamados pelas 46 entidades que compõem, até o momento, o Grito em Defesa dos Serviços Públicos e dos Direitos do Funcionalismo no Estado de São Paulo. Lembramos que o Grito originou-se da assembleia da APEOESP em 20/10, ocasião na qual, por proposta do nosso Sindicato, foi articulado o ato deste 28/11.

Nesta quarta, 29/11, todos à Alesp!

Nesta quarta-feira, 29/11, a partir das 12h30, precisamos estar em peso na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), no primeiro andar da Assembleia Legislativa, quando será lido o relatório da PEC 9/2023. A deputada Professora Bebel, Segunda Presidenta da APEOESP, apresentará voto em separado para se contrapor a essa ofensiva do governo.

Vigília

As subsedes também precisam manter vigília permanente na Alesp, enviando no mínimo cinco pessoas, sobretudo às terças e quartas-feiras.

Tarcísio quer acelerar processo de privatização

No seu afã privatista, o governador Tarcísio está forçando a barra para acelerar o processo legislativo, tendo o presidente da Alesp convocado sessão extraordinária para a próxima segunda-feira, 4/12.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 1º- Dá nova redação ao caput do artigo 255 da Constituição do Estado de São Paulo

Artigo 255 - O Estado de São Paulo aplicará, anualmente, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, no mínimo, trinta por cento de sua receita corrente, aí incluídas as receitas provenientes de impostos, inclusive os recursos provenientes de transferências da União.

Artigo 2º- A presente lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Prover Educação pública, gratuita, laica, inclusiva, de qualidade à população é dever constitucional do Estado, em todas as suas esferas.

O cumprimento desta obrigação constitucional requer do Estado investimentos compatíveis e adequados à realidade brasileira e do Estado de São Paulo, considerando que convivemos com elevado déficit educacional. Destinar recursos à Educação pública, portanto, não significa gasto, e sim investimento nas gerações futuras e no desenvolvimento da nação.

Assim, nós, cidadãos, cidadãos e eleitores(as) do Estado de São Paulo, com fundamento no artigo 22, IV da Constituição do Estado de São Paulo, vimos, por meio do presente documento, apresentar Projeto de Emenda à Constituição do Estado de São Paulo, para que os percentuais mínimos de recursos que o Estado deve destinar à Educação permaneçam em 30% do Orçamento Estadual, incidentes sobre o total de receitas do Estado, e não apenas sobre a receita proveniente de impostos.

NOME	TÍTULO DE ELEITOR	ASSINATURA
1.		
2.		
3.		
4.		
5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		
27.		
28.		
29.		
30.		